



Subseção
Joinville

Comissão de
Direito Internacional

À Presidente da OAB/SC Subseção Joinville, Dra. Janaína Silveira Soares Madeira

RELATÓRIO OFICIAL DE ATIVIDADES

Comissão de Direito Internacional - OAB/SC Subseção Joinville

Exercício 2025

Joinville/SC, julho de 2026

1. Finalidade do relatório e escopo de entrega

O presente relatório consolida as atividades desenvolvidas pela Comissão de Direito Internacional da OAB/SC - Subseção Joinville durante o exercício de 2025, com recorte em quatro dimensões: eventos públicos, debates técnicos internos, principais feitos institucionais e recomendações de continuidade. A redação foi estruturada em linguagem institucional, com foco na prestação de contas à Presidência da Subseção e na preservação de memória administrativa da Comissão.

A Comissão atuou, no período, como núcleo técnico de assessoramento, estudo e difusão de conhecimento aplicado ao Direito Internacional, especialmente em temas de Direito Internacional Privado, tributação internacional, mobilidade patrimonial, contratos transnacionais e investimentos no exterior. A linha de atuação dialoga diretamente com a vocação econômica de Joinville, marcada por ambiente industrial, exportador e por demandas crescentes de internacionalização empresarial e patrimonial.

Síntese executiva - 2025

- Realização de ciclo de eventos com temas de redomicílio fiscal, cenário internacional, contratos internacionais e investimentos no exterior.
- Instituição de rotina de estudos técnicos semanais, preferencialmente às sextas-feiras, às 10h, com uso de pauta prévia e materiais preparatórios.
- Integração progressiva de novos membros e fortalecimento do grupo de comunicação institucional para avisos, reuniões e trocas técnicas.
- Aproximação com a comunidade jurídica e acadêmica, com divulgação de eventos, oportunidades de estudo e interlocução com profissionais de áreas correlatas.

2. Base institucional e diretrizes observadas

A estrutura deste relatório observou as diretrizes públicas do Regimento Geral das Comissões da Subseção de Joinville - OAB/SC, especialmente quanto à necessidade de cronograma de reuniões, plano de ações, registros de reuniões, relatório dos trabalhos desenvolvidos e encaminhamento de matérias pertinentes à área de atuação da Comissão à Coordenação das Comissões. O relatório também adota postura de proteção de dados pessoais: nomes e contatos telefônicos extraídos de registros internos foram omitidos sempre que não necessários à finalidade institucional.

Foram consideradas, como premissas de governança, as seguintes rotinas: reuniões ordinárias mensais ou extraordinárias quando necessário; pauta e ordem de trabalhos; registro de ata ou memória de reunião; controle de participação; uso de canais institucionais para comunicações formais; e preservação de documentos comprobatórios, como cards, links de transmissão, listas de presença, materiais de apoio e registros fotográficos.

Diretriz institucional	Aplicação prática no relatório
Relatório detalhado dos trabalhos desenvolvidos	Organização do documento por eventos, debates técnicos, resultados e encaminhamentos.
Cronograma e plano de ações da Comissão	Apresentação do calendário executado e das propostas de continuidade.

Atas, relação de presentes e memória de deliberação	Indicação de que as reuniões técnicas devem ser registradas com pauta, participantes, deliberações e pendências.
Divulgação e comunicação institucional	Sugestão de envio periódico de matérias à Coordenação das Comissões e de uso de e-mail institucional.
Uso de logomarca e manifestações externas	Recomendação de manter validação prévia da Diretoria/Coordenação em materiais externos e comunicações públicas.

3. Metodologia de elaboração e fontes consideradas

A elaboração considerou os documentos internos encaminhados à Comissão, o relatório-base de atividades de 2025, a exportação do grupo de membros da Comissão, o cronograma de atividades informado e o acervo público da OAB Joinville pertinente às Comissões. O objetivo foi transformar registros dispersos em peça formal, objetiva e útil para deliberação em reunião de diretoria ou Presidência.

- Relatório de Atividades OAB - 2025, com narrativa institucional, metodologia de reuniões e eventos realizados.
- Registros internos de mensagens, convites, pautas e materiais preparatórios compartilhados no grupo de membros.
- Acervo público da OAB Joinville relativo a Regimento Geral das Comissões, páginas de Comissões, registro de ata, agendamento e proposta de evento.
- Cronogramas e documentos de planejamento utilizados para compatibilizar o fechamento de 2025 com a transição para o exercício de 2026.

4. Cronograma de eventos de 2025 com descrição técnica

Em 2025, a Comissão priorizou eventos de aplicação prática, voltados à advocacia que atua ou pretende atuar com clientes expostos a situações transfronteiriças. A seguir, apresenta-se cronograma consolidado, com detalhamento técnico dos temas abordados e resultados institucionais esperados.

Data/período	Evento	Formato	Descrição técnica	Resultado institucional
16/06/2025	Redomicílio Fiscal no Uruguai	Presencial - Sala das Comissões	Abordagem técnica da mudança de residência fiscal de pessoas físicas, com enfoque nos requisitos documentais para encerramento da residência fiscal brasileira, comunicação e declaração de saída definitiva, riscos de dupla residência, critérios de conexão, tributação de rendimentos de fonte brasileira e estrangeira, planejamento patrimonial transfronteiriço, sucessão internacional e comparação com regimes de atração de residentes no Uruguai. O debate também contemplou cuidados éticos: não prometer blindagem patrimonial, observar substância, domicílio efetivo, compliance fiscal e coerência documental.	Capacitação da advocacia local em tema de alta demanda regional; produção de networking técnico e registro fotográfico do evento.
21/08/2025	Era Trump - Principais Mudanças Internacionais	Semana da Advocacia - evento público	Análise de cenário internacional e efeitos jurídicos de mudanças de política externa, comercial e regulatória dos Estados Unidos. Foram destacados impactos sobre comércio exterior, tarifas, cadeias de suprimentos, sanções, export controls, imigração, vistos, contratos internacionais, cláusulas de força maior e hardship, variação cambial, precificação de risco e oportunidades para empresas exportadoras ou importadoras da região de Joinville.	Participação da Comissão na Semana da Advocacia; alta mobilização interna, com registro de 88 inscritos informado previamente nos canais da Comissão.
Outubro/Novembro de 2025	Contratos Internacionais - teoria e prática	Evento/ciclo técnico com desdobramento online em 13/11/2025	Estudo de formação, negociação e execução de contratos com elemento estrangeiro. Pontos centrais: autonomia da vontade e escolha da lei aplicável; eleição de foro e arbitragem; Incoterms; moeda, reajuste e risco cambial; cláusulas de	Aprofundamento prático para advocacia empresarial; estímulo à elaboração de

			compliance, sanções, anticorrupção, confidencialidade e proteção de dados; prova documental em idioma estrangeiro; assinatura eletrônica; enforcement; cooperação jurídica internacional; e estruturação de contratos para operações de exportação, distribuição, fornecimento e prestação de serviços internacionais.	checklists contratuais e modelos de cláusulas de risco.
04/12/2025	Investimentos no exterior sob a perspectiva jurídica e financeira	Evento de encerramento técnico do ano	Exame dos principais cuidados jurídicos e financeiros para manutenção de ativos fora do Brasil: abertura e titularidade de contas, investimentos financeiros, imóveis, participações societárias, trusts e estruturas offshore; obrigações acessórias perante Receita Federal e Banco Central; efeitos da Lei 14.754/2023 na tributação de rendimentos no exterior; FATCA, CRS e transparência fiscal; regularização patrimonial; planejamento sucessório; compatibilização entre suitability financeiro e orientação jurídica.	Fechamento anual com tema de integração entre Direito, finanças e compliance internacional; preparação de agenda para 2026.

5. Debates técnicos entre membros durante 2025

Além dos eventos abertos, a Comissão desenvolveu debates técnicos internos, em reuniões semanais ou convites de estudo, com caráter de atualização contínua. Os debates funcionaram como laboratório de temas, permitindo que o grupo preparasse eventos, mapeasse riscos práticos e formulasse linhas de pesquisa para atuação da advocacia local.

Data/período	Tema técnico	Detalhamento técnico e relevância prática
01/08 e 15/08/2025	Trump - principais mudanças internacionais	Discussão prévia ao evento da Semana da Advocacia. Foram trabalhados impactos em comércio exterior, tarifas, política migratória, dólar, sanções, contratos de importação/exportação, cadeias de suprimento e medidas de mitigação contratual para clientes empresariais.
12/09/2025	Lei 14.754/2023 e ativos no exterior	Debate sobre tributação de aplicações financeiras, entidades controladas no exterior, trusts e regimes de transparência fiscal. A análise serviu para orientar a advocacia quanto à necessidade de leitura combinada entre declaração de bens, rendimentos no exterior, estrutura societária e planejamento sucessório.
09/10 e 10/10/2025	Novas regras do Imposto de Renda e tributação de dividendos	Debate sobre alterações propostas no regime do IR, impactos em distribuição de lucros/dividendos, transição normativa, reflexos em holdings, estruturas internacionais e decisões de antecipação ou postergação de eventos societários.
17/10/2025	Residentes no Brasil investindo nos EUA - tributação	Pauta técnica envolvendo offshore com conta nos EUA, investimento imobiliário, FIRPTA, estate tax, uso de LLCs, estruturas offshore + LLC, riscos de dupla tributação, sucessão de bens norte-americanos e necessidade de aconselhamento integrado Brasil/EUA.
31/10/2025	Residência fiscal em Dubai - Golden Visa	Estudo de residência fiscal e mobilidade internacional com enfoque em vistos de longa duração, requisitos de presença, substância econômica, tributação de renda mundial, planejamento migratório, formalização documental e limites entre residência migratória e residência fiscal.
28/11/2025	Estruturas offshores em Bahamas e planejamento sucessório	Análise de estruturas patrimoniais em jurisdições estrangeiras, com foco em governança, sucessão, proteção patrimonial legítima, riscos de opacidade, obrigações de reporte, compliance bancário e compatibilização com a legislação brasileira.
23/06/2025 e ao longo do ano	Direitos Humanos, pesquisa acadêmica e oportunidades internacionais	Divulgação de chamada acadêmica vinculada ao CIDH Coimbra e incentivo à participação de membros em produção científica,

		fortalecendo o eixo de pesquisa e intercâmbio institucional da Comissão.
12/12/2025	Rede de apoio internacional - corporate law no México	Troca colaborativa entre membros para indicação de advogado estrangeiro, evidenciando a utilidade da Comissão como rede técnica de contatos para demandas de advocacia transnacional.

6. Principais feitos institucionais de 2025

- Reativação e organização do grupo de membros da Comissão, com mensagens de integração, avisos, convites e distribuição de pautas técnicas.
- Nomeação e consolidação de nova presidência da Comissão, com estrutura de diretoria e membros convidados, fortalecendo a governança interna.
- Criação de rotina semanal de reuniões técnicas, permitindo continuidade de estudo para além dos eventos públicos.
- Captação e integração progressiva de novos membros interessados em Direito Internacional, com orientação de que o ingresso observe inscrição ativa, interesse no tema e avaliação da Diretoria/Coordenação.
- Participação qualificada na Semana da Advocacia, com tema de alta repercussão e mobilização expressiva de inscritos.
- Aproximação com a academia e com oportunidades internacionais de pesquisa, incluindo divulgação de simpósios e incentivo à produção acadêmica.
- Fortalecimento da rede profissional da advocacia internacional em Joinville, inclusive para encaminhamentos e consultas técnicas envolvendo outras jurisdições.

7. Avaliação técnica do exercício 2025

O ano de 2025 apresentou avanço relevante em três frentes. A primeira foi a consolidação da identidade técnica da Comissão: os temas escolhidos possuem aderência direta às demandas contemporâneas da advocacia regional, como redomicílio fiscal, contratos internacionais e investimentos no exterior. A segunda foi a criação de cadência interna de estudos, essencial para que a Comissão não se limite a eventos isolados. A terceira foi a construção de rede de membros e contatos externos, elemento indispensável em área que depende de interlocução com outras jurisdições, instituições acadêmicas e profissionais especializados.

A principal oportunidade de melhoria está na formalização documental: recomenda-se que, a partir de 2026, cada reunião técnica possua memória mínima contendo pauta, participantes, material-base, síntese das discussões, deliberações e encaminhamentos. Esse procedimento fortalece a prestação de contas, facilita publicações institucionais e protege a Comissão contra perda de memória administrativa.

8. Recomendações de arquivamento e encaminhamento

Providência recomendada	Objetivo	Responsável sugerido	Prazo sugerido
Criar pasta digital por exercício	Centralizar atas, cronogramas, cards, fotos, listas, apresentações e links.	Secretaria da Comissão	Imediato
Produzir memória de reunião semanal	Registrar pautas e debates técnicos sem expor dados pessoais desnecessários.	Secretaria + relator do tema	Até 10 dias úteis após a reunião
Enviar resumo bimestral à Coordenação	Cumprir rotina de comunicação institucional e gerar material para informativos.	Presidência/Secretaria	Bimestral

Formalizar calendário anual	Permitir reserva de salas, divulgação e organização prévia de palestrantes.	Presidência	Fevereiro de cada exercício
Criar banco de temas e palestrantes	Apoiar planejamento de eventos, podcast e ações acadêmicas.	Membros designados	Contínuo

9. Conclusão

O exercício de 2025 consolidou a Comissão de Direito Internacional como espaço técnico relevante para a advocacia joinvilense. O conjunto de eventos e debates demonstrou coerência temática, aderência às demandas econômicas regionais e capacidade de conexão entre Direito, finanças, tributação, contratos e mobilidade internacional. Com a continuidade das reuniões técnicas, o fortalecimento documental e a ampliação da interlocução institucional, a Comissão apresenta condições de se firmar como referência local em Direito Internacional Privado e temas transfronteiriços.

Joinville/SC, 07 de julho de 2026.

Dra. Raissa Cobo Martins Lopes

Presidente da Comissão de Direito Internacional

OAB/SC - Subseção Joinville

Anexo I - Checklist de entrega à Presidência/Coordenação

- Relatório anual assinado pela Presidência da Comissão.
- Cronograma executado de eventos e reuniões técnicas.
- Materiais de apoio dos eventos, preferencialmente em pasta digital.
- Registros fotográficos autorizados, quando existentes.
- Lista de presença ou controle de participação, preservando dados pessoais.
- Indicação de pendências e plano de continuidade para o exercício seguinte.
- Sugestão de temas para informativo institucional da OAB Joinville.